

O capricho político do governador castigou usuários de transporte

Dois anos depois de cortar a ajuda financeira para manter o sistema integrado de transporte entre Curitiba e municípios da região metropolitana, o governador Beto Richa (PSDB) anunciou que vai retomar o repasse dos subsídios. Isto aconteceu vinte e quatro horas após o anúncio da vitória do seu candidato à prefeitura de Curitiba, Rafael Greca (PMN).

Durante este período, os moradores da região metropolitana tiveram suas vidas totalmente alteradas pela decisão do governador. Arcaram com aumento de tarifas, extinção de linhas, mudanças de trajetos, que ficaram mais longos e mais caros no caminho entre Curitiba e as cidades vizinhas. Os cidadãos foram punidos pelo governo do Estado, que desintegrou o sistema logo após a eleição do prefeito Gustavo Fruet, que derrotou o candidato do governo à época, Luciano Ducci (PSB).

A reintegração é uma boa notícia para os usuários das linhas intermunicipais. O que não é bom, nem para a região metropolitana nem para o Paraná, é o comportamento do governador do Estado. "Ele dizia que não tinha entendimento com a prefeitura nem tinha recursos. Ora, um dia após as eleições, os recursos aparecem e o entendimento também. Ele disse que o caixa do Estado não suportava o subsídio. Agora, por um milagre, os recursos apareceram. É lamentável que a população tenha sido penalizada durante todo este tempo pelo governador. Ele tinha os recursos, mas não tinha vontade política, é preciso que a população entenda isso", disse o deputado Tadeu Veneri.

O uso político do impasse no transporte coletivo pelo governador demonstra que os interesses partidários e políticos se sobrepõem às necessidades da população. O governador criou o subsídio para ajudar eleitoralmente o então prefeito Ducci, extinguiu em retaliação à eleição de um adversário, e agora, retoma, para fortalecer seu aliado na prefeitura. "O que aconteceu foi uma indecência política, que expôs o caráter mesquinho e apequenado de quem governa o Estado", disse Veneri.



HISTÓRICO

O governo do Estado reduziu o valor, atrasou os repasses e, finalmente, cortou o subsídio para o transporte metropolitano, em 2015. Foi decisão do governo do Estado não renovar o convênio que autorizava a Urbs a gerenciar o sistema integrado.

O convênio vigorava desde 1996. Mas o governo havia assumido o custo do sistema em 2012, quando Luciano Ducci se candidatou à reeleição. Quando Gustavo Fruet se elegeu, Beto Richa interrompeu a ajuda.

AS CONSEQUÊNCIAS DA DECISÃO DO GOVERNADOR

- Quatorze municípios foram afetados pelo fim da rede integrada de transporte
- 2,2 milhões de passageiros foram prejudicados
- Os passageiros da região metropolitana pagaram R\$ 144 milhões a mais pela decisão do governador do Paraná. São R\$ 12 milhões mensais, que deixaram de ser repassados para o sistema.

Estado indeniza família de sem terra assassinado

A Assembleia Legislativa aprovou projeto de lei que autoriza a concessão de indenização de R\$ 335 mil à família do trabalhador sem-terra Sebastião Camargo Filho, morto em 1998 por uma milícia privada ligada a ruralistas em Marilena, no noroeste do Paraná.

O pagamento atende à recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que responsabilizou, em 2011, o Estado pelo crime.

Sebastião Camargo foi morto com um tiro na cabeça no dia 7 de fevereiro de 1998. O crime ocorreu quando um grupo de 40 homens armados com escopetas, encapuzados e vestidos com camisas pre-



Famílias de agricultor esperaram dezoito anos por indenização

tas, invadiram a Fazenda Boa Sorte para despejar ilegalmente 70 famílias sem-terra que ocupavam as terras improdutivas da propriedade. O ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) Marcos Menezes Prochet foi condenado duas vezes pelo crime. No segundo julgamento, recebeu pena

de quinze anos de prisão.

O assassinato do agricultor, que tinha cinco filhos, compõe o cenário de grande violência no campo. Entre 1995 e 2002, 16 pessoas foram mortas, a maioria em ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



Veneri questionou prioridades do governo

Quebra de compromisso

O governo do Paraná retirou a emenda que apresentou à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, que revoga a Lei 18493/2015, editada ao fim da greve de 2015, que prevê a reposição das perdas inflacionárias. A emenda provocou greve de professores da rede pública, que não aceitam a quebra de compromisso do governo.

A retirada da proposta permitiu a reabertura de negociações. O governo alega que não tem recursos para pagar a reposição e as promoções e progressões de carreira, simultaneamente. Para

o deputado Tadeu Veneri, o que o governo não tem é prioridade para cumprir a lei que prevê o pagamento da reposição em janeiro de 2017.

“O governador do Paraná tem duas formas de se relacionar com a sociedade e os servidores públicos estaduais, disse Veneri. “Não rompe acordo ou contrato com empresa de pedágio. Mas rompe acordo com o funcionalismo. Não dá para ser um leão com os funcionários públicos e um gatinho com as empresas de pedágio”, comparou.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2016

	Julho	Agosto	Setembro
Jornais/Internet	1.617,45	1.530,28	1.633,54
Combustível	6.242,57	6.286,18	5.709,61
Copa/Limpeza	30,00	492,24	129,45
Hotel		155,00	
Taxi/Pedagio	260,87	306,27	50,54
Informática	2.500,00	1.660,00	
Locação Equip Informatica			
Locação Imoveis	2.982,00	2.982,00	2.982,00
Locação Veiculos	8.722,81	7.791,00	6.335,00
Mat. Escritorio	1.103,05		956,40
Passagens			
Sanepar/Copel	62,42	63,72	227,49
Telefone	449,64	529,93	488,11
Audio/Vídeo/Foto	600,00	600,00	600,00
Correios	53,60		
Atividade Parlamentar	90,00		
Alimentação	437,40	448,52	344,55
Segurança Especializada			410,00
Grafica		137,50	
Técnicos Profissionais			
TOTAL	25.151,81	22.982,64	19.866,59

Você sabia que...

... foram criados dois novos núcleos na Defensoria Pública do Paraná, que vão atuar nas áreas de direitos humanos e assuntos fundiários?

... pesquisa realizada em todo o país pelo Datafolha, a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), aponta que mais 70% da população acredita que as polícias civis e militares cometem excessos de violência?

... o levantamento apontou também que 59% da população temem ser vítima de violência de policiais militares e 53% de ser agredida por policiais civis?

Governo pode vender ações da Copel e Sanepar sem dar satisfações a ninguém

O governador do Paraná recebeu um cheque em branco da Assembleia Legislativa para vender as ações da Copel e Sanepar com direito a voto, sem autorização prévia da Assembleia Legislativa. Os aliados do governador aprovaram um pacote de medidas que permitem vender as ações das empresas estatais sem consultar os deputados.

Na mesma votação, em setembro, o governador ganhou o direito de vender imóveis das empresas públicas sem autorização da Assembleia. O deputado Tadeu Veneri questionou as obscuras intenções do governo ao querer se livrar da discussão com os deputados sobre a venda do patrimônio público. “Esse, assim como outros governos anteriores, tem maioria para aprovar seus projetos na Casa. Por que, então, insistir em querer vender ações e imóveis sem passar pelos deputados? Algo estranho tem por trás disso”, disse Veneri.

Os deputados da base do governo deram sinal verde ainda para a cobrança de taxas para a exploração comercial de minérios, com exceção de argila e calcário, e outra para o uso de água com fins econômicos ou de exploração.



Nicololy e Ana Julia usaram a tribuna da AL

Elas falam por todos nós!

Duas meninas, Ana Julia Pires Ribeiro e Nicololy Moreira do Nascimento, emocionaram o Brasil e foram notícia internacional ao discursarem na Assembleia Legislativa em defesa do ensino público. A convite do deputado Tadeu Veneri (PT), as estudantes secundaristas participaram da sessão da Assembleia Legislativa para defender a legitimidade do movimento de ocupação das escolas públicas e explicar por que são contra a reforma do ensino médio proposta pelo governo Temer na Medida Provisória 746 e a PEC 55, que congela os gastos do governo com educação e saúde por vinte anos.

Ambas participaram de reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado para debater a mudança, que está levando os estudantes do Brasil a um inédito movimento de resistência ao desmonte do ensino público.

Ana Júlia, do Colégio Estadual Sena-

dor Manoel Alencar Guimarães, de Curitiba, criticou a campanha de desmoralização e ofensas contra os estudantes das ocupações. Ela disse que é um “insulto” afirmar que os alunos são doutrinados politicamente. “Sabemos pelo que estamos lutando. Nossa única bandeira é a educação. Somos um movimento apartidário, de estudantes para estudantes. Estamos ocupando pela educação. Não estamos para fazer baderna, não estamos para fazer brincadeira”.

Aluna do Colégio Estadual Santa Felicidade, Nicololy Moreira do Nascimento ressaltou que os estudantes das ocupações estão lutando contra o retrocesso e o desmonte no ensino público. “**Estamos lutando por algo que já deveria ser nosso por direito, para que não haja retrocesso no ensino público. Estamos defendendo educação de qualidade, que forme uma geração de críticos, de pensadores, e não apenas números.**”

... a cada ano, o custo do Poder Judiciário vem aumentando para a população do país?

...em 2015, cada brasileiro desembolsou R\$ 387 para manter o Judiciário, 31% a mais que em 2009 (quando custava R\$ 295 por habitante, com valores corrigidos pela inflação), segundo relatório divulgado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça)?

Fazenda libera acesso à execução orçamentária para deputados

A Secretaria da Fazenda atendeu ao requerimento do deputado estadual Tadeu Veneri (PT) e publicou resolução permitindo o acesso aos deputados estaduais aos sistemas de execução orçamentária e

financeira utilizados pelo governo estadual, Sif e e-COP. Com essa medida, os deputados poderão conhecer em tempo real as receitas e despesas orçamentárias da administração direta do Estado.

A resolução estabelecendo os procedimentos necessários para a consulta é a número 1338, publicada no Diário Oficial 9791, de 28 de setembro de 2016. Para Veneri, o acesso é importante para que a Assembleia Legislativa possa cumprir sua função de fiscalização.

“Por onde elas andam?” Até onde elas vão?

A socióloga Stefania Pontes foi ouvir as mulheres da periferia de Curitiba para saber como elas se locomovem. Descobriu que essas mulheres têm a mobilidade limitada pelo medo e falta de políticas públicas. Pontes fez uma tese acadêmica sobre o tema, em que aponta os dramas das mulheres para exercitarem o direito de ir e vir.

ParaTodos: Como e onde foi feita a pesquisa, que sustenta a tese?

Stefania: A pesquisa foi realizada no bairro Campo de Santana, em um grande loteamento denominado Rio Bonito. O contato com as entrevistadas ocorreu através de um dos CMEIs do bairro, e as entrevistas ocorreram em lugares variados, no próprio CMEI, em suas casas e também no trabalho.

ParaTodos: Quais os principais obstáculos à mobilidade das mulheres do Rio Bonito?

Stefania: A insegurança de sair nas ruas, principalmente no período noturno, se apresenta como o principal obstáculo. Além do medo de serem vítimas de roubos, a maioria também tem receio de ser vítima de algum abuso sexual. Isto se relaciona com a falta de infraestrutura, como problemas de iluminação, a falta de áreas comuns de lazer, o que acarreta na permanência das mulheres em casa na maior parte do tempo livre que elas possuem. No caso específico das entrevistadas, isso se agrava por estarem muito distantes de equipamentos públicos, e o transporte coletivo não atender satisfatoriamente suas necessidades.

ParaTodos: O problema atinge apenas as mulheres das classes sociais mais pobres?

Stefania: A questão da insegurança não atinge somente as mulheres das classes mais pobres. Pesquisas que tratam de violência sexual contra as mulheres mos-



Stefania Pontes

“Poder público pode mudar esta realidade”

tram que isto não é uma questão de renda. Todavia há diferenças, pois a mobilidade ou imobilidade perpassa outras questões como o acesso ao transporte individual, infraestrutura etc. E é importante frisar que entre as mulheres de classe mais baixa também existem diferenças que estão vinculadas à estrutura familiar.

ParaTodos: As restrições à mobilidade também não atingem os homens dessas regiões?

Stefania: A entrevista não foi realizada com homens (algo que futuramente pretendo realizar), mas através do relato delas, é possível perceber que os problemas de infraestrutura e do transporte também os atingem, porém de maneira um pouco reduzida

em relação à elas, pois eles utilizam mais os veículos particulares para se locomover. Além disso, a insegurança de sair de casa é menor, pois não temem o abuso sexual.

ParaTodos: A senhora estudou a periferia de Curitiba. A senhora tem informações sobre outras cidades do Estado?

Stefania: Sobre o tema da mobilidade uma referência, principalmente para quem pesquisa no Brasil, é o Doutor Eduardo Alcântara Vasconcellos, autor de diversos livros que tratam do tema, mas as pesquisas realizadas estão mais focadas no estado de São Paulo, principalmente na capital. Não tenho conhecimento sobre estudos como o meu em outros municípios do Paraná.

ParaTodos: O que o poder público deveria fazer para mudar essa situação?

Stefania: São inúmeras mudanças que o poder público pode realizar com a melhoria da infraestrutura, transporte e segurança, mas enquanto houver tanta desigualdade de gênero, não há obras que deem conta de mudar completamente esta situação. O poder público deveria investir em educação de gênero, pois somente através do conhecimento é que se pode combater preconceitos e desconstruir concepções socialmente enraizadas que condenam tantas mulheres à violências diárias.

ParaTodos: Quais os canais do poder público essas mulheres podem buscar apoio para superar esta condição?

Stefania: Atualmente não há nenhum canal que trabalhe especificamente com a mobilidade das mulheres, há a delegacia da mulher para situações de violência (em que, infelizmente nem sempre funciona da forma que gostaríamos) e associações civis de mulheres que buscam melhores condições de vida. Neste sentido, há um forte movimento daquelas que lutam pelos seus direitos, e uma das maiores bandeiras tem sido o fim da violência contra as mulheres. O direito à mobilidade, assim como à moradia, à segurança, ao lazer, entre outros, são aspectos essenciais para a conquista do direito à cidade para todas as pessoas. Para superar estas condições a construção de políticas públicas plurais são essenciais.

Informativo do Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Nossa Senhora da Salete, s/nº - 8º Andar - gabinete 804

Curitiba - Paraná - CEP 80530-911 | **Telefone:** (41) 3350-4094

Página: www.tadeuveneri.com.br | **E-mail:** tadeuveneri@terra.com.br

Twitter: twitter.com/tadeuveneri | **Funpage:** facebook.com/tadeuveneri

